

# RESENHA

## VER A TERRA: SEIS ENSAIOS SOBRE A PAISAGEM E A GEOGRAFIA

JEAN-MARC BESSE

São Paulo: Perspectiva, 2006 (Col. Estudos, 230)

Jean-Marc Besse é filósofo e trabalha com a história e a epistemologia e com questões da paisagem e de ambiente na cultura contemporânea, na Universidade de Paris-I, na Escola Superior de Paisagem de Versalhes e no Instituto de Arquitetura da Universidade de Genebra. O livro *Ver a Terra*, lançado este ano no Brasil, com tradução de Vladimir Bartalini (FAU-USP), reúne seis ensaios do autor sobre a paisagem e a geografia, como o subtítulo indica.

A questão colocada no livro de Jean-Marc Besse, e que nos abre a possibilidade de pensar a paisagem para além da história do conceito, é a emergência da experiência, da consciência e do sentimento de paisagem na modernidade. Fundamentalmente é esse processo que nos propõem de imediato e com relevo os ensaios de Besse, reunidos nesse livro, processo no qual se torna possível não apenas pensarmos em termos de paisagem o mundo e a nós mesmo, mas de existirmos como “sujeitos de paisagem”. Por isso é um processo violento, segundo o filósofo, ainda que silencioso e lento.

O primeiro ensaio versa sobre uma experiência descrita numa carta pelo poeta italiano Petrarca, em que relata e reflete sobre a subida que empreendeu ao Monte Ventoux. Besse discorre sobre os dilemas vividos pelo poeta através de sua relação com o espaço numa experiência paisagística em que ressalta a ambigüidade da condição moderna de Petrarca. Através dessa experiência do poeta é possível perceber a situação de tensão e contradição vivida na transição para a modernidade, na qual a paisagem configura-se como uma noção a partir da qual se estabelece um distanciamento em relação ao mundo (a natureza contemplada por um olhar, um

olhar curioso, desejoso de saber) e o confronto de modos de viver, pelos quais se opõem um sentido mais interior (espiritual) que desqualifica o espaço e um sentido mais exterior, que valoriza a posição e o deslocamento no espaço, e Petrarca vive esse dilema. Portanto, o relato dessa escalada não diz apenas de uma experiência em que Petrarca pratica e participa de um deslocamento no sentido físico, de um deslocamento do olhar, que torna possível a experiência da paisagem, mas de um deslocamento epistemológico, no modo de interpretar e estar-ser-no-mundo.

O segundo ensaio do livro assenta na questão da Terra como paisagem, analisando a relação entre a pintura de Brueghel e a Geografia. É um ensaio muito interessante, pois primeiramente Besse busca demonstrar como a paisagem, antes de ser uma experiência ligada a um gênero de pintura, era primordialmente relacionada a uma experiência territorial e geográfica. Tinha, portanto, um sentido pragmático e instrumental no século XVI, relacionada à representação cartográfica, muito próxima das representações artísticas da pintura. A pintura e a corografia tinham em comum um objeto: a paisagem. Mas, ainda que ambas visassem o detalhe das áreas, definindo a paisagem pelo sítio, pela posição e vizinhança, a idéia da paisagem como horizonte ampliado passa a se formar nesse momento histórico. A idéia de Terra como uma “paisagem mundo” é posta pela geografia (cartografia e corografia) e pela pintura.

Portanto, mudaram no início do século XVI as condições e a forma de interpretação do mundo, mudando o sentido da Terra representada. Besse vai dizer adiante que esta mudança relaciona-se a um grande *deslocamento* promovido pelas grandes navegações e “os descobrimentos”. A grande pretensão e o desafio do europeu é representar a Terra na sua totalidade, e desse empreendimento participam tanto a geografia quanto a pintura. Mas essa representação do mundo não é tão somente um ideal contemplativo, não tem somente um valor de contemplação filosófico global, como propõe o autor. Poderíamos acrescentar que apresenta ao mesmo tempo um valor paradigmático (uma ruptura no saber/conhecer) e um valor geopolítico (a conquista de territórios e povos pelos europeus).

Besse prefere explorar a mudança no modo de ver e ser-no-mundo desse europeu que encontra na visão da paisagem o meio e a riqueza da atividade contemplativa (que antes estava imbuída de um sentido religioso e filosófico que valorizava a visão interior). A paisagem, nesse sentido, faz parte de um dispositivo geral de percepção e de pensamento que, no século XVI, estrutura a relação mantida com a superfície da Terra. pelo europeu, dispositivo este estruturado na relação sujeito/objeto. Certamente é um novo tipo de experiência da Terra, que tem na paisagem a base de sua representação (cartográfica, pictórica, descritiva) e no *teatro* o seu modelo analógico.

Esta concepção de teatralidade do mundo, segundo Besse, é ilustrada pelo pintor Brueghel. Em seus quadros a paisagem se faz imagem do mundo, experiência visual do mundo. Portanto, na pintura de Brueghel a paisagem é uma imagem de mundo dada a um observador desobrigado de suas ocupações ordinárias, pela

exterioridade de um olhar que julga à distância, a paisagem revelada e alcançada numa fruição estética da natureza. Mas ela também possui uma densidade cosmológica e ontológica. Por isso, é a ordem do mundo que se faz visível. Mas o que Brueghel representa não é uma ordem estática e meramente estética, é o movimento, a circulação, a viagem: O mundo é um espaço que convida ao movimento.

Para Besse, a representação pictórica do mundo de Brueghel nos põe diante de um novo sentimento de espaço e de um novo conceito da Terra, mas também de uma nova prática, de uma nova experiência geográfica do mundo: como imagem contemplada à distância e como o espaço em que se circula, a ser percorrido, um ecúmeno ampliado, em que a paisagem ganha sentido de mundo para o homem que o contempla.

O terceiro ensaio explora a experiência paisagística de Goethe numa viagem que realiza pela Itália, ou seja, a forma de concepção que a paisagem adquirira já no século XVIII, a partir de uma visão particularmente romântica, e de um viajante dentro ainda do espaço europeu. Mostra a relação entre um mundo já representado (pelos textos e pelas pinturas, a cultura herdada) e o mundo como objeto visual – a paisagem agora não apenas como um meio a partir do qual se produz uma imagem do mundo, o mundo como imagem dada a um observador distanciado e *deslocado*, mas também como imagem de uma representação. É por isso que a ida de Goethe de encontro ao real, segundo Besse, é ao mesmo tempo um retorno.

Mas, de que maneira Goethe concebe a paisagem nessa viagem? Ou qual a concepção de paisagem que Besse extrai do relato dessa viagem de Goethe? A paisagem é vista como passível de reconciliar interior e exterior, visível e invisível; imagem idílica, evocação nostálgica e revelação da eternidade. Mas à diversidade do mundo que se apresenta ao olhar impõe-se um recorte seletivo pictórico, “uma cultura do olhar”; assim a paisagem torna-se representação na “transposição pictórica da percepção da natureza”. Mas, a paisagem, como mundo do olhar, também representa o reencontro da razão com a emoção, um olhar sensível.

A paisagem vista na Itália leva Goethe a reconhecer a unidade profunda entre arte e natureza, um reencontro com a natureza como atividade criadora e unidade viva da multiplicidade. Assim, talvez o fundamental é a forma com que Goethe se contrapõe à concepção científica de mundo que se consolidava na Europa (com Newton e Galileu), re-valorizando a experiência sensível, por isso seu constante reportar-se à pintura quando fala da natureza, pois nela “encontra-se o que a geometria não alcança, a carne do mundo, que é o lugar mesmo da manifestação da sua essência” (p. 54). Portanto, Goethe *recupera* o sentido afetivo da experiência paisagística como condição de uma experiência efetivamente integral do mundo.

O quarto ensaio baseia-se nas contribuições ao pensamento da paisagem de Humboldt e Vidal de La Blache. A questão proposta nesse ensaio é se a paisagem é realmente da ordem da representação, como a noção vem sendo apresentada na modernidade. Primeiramente observa que, como produção cultural, as significações

da paisagem vão além das significações estéticas. E Besse relaciona essas múltiplas significações da paisagem às particularidades do olhar, do sujeito que olha: o cientista, o engenheiro, o geógrafo, o religioso etc. O que não é apenas uma questão subjetiva, mas *antropológica*, já que o olhar desses sujeitos representa saberes instituídos. A paisagem não é apenas objeto de uma contemplação e avaliação estética, mas seu valor reside no fato de ser representativa da ação humana e, mais ainda, do desenvolvimento de uma “cultura do olhar”.

Observa ainda que a separação do subjetivo (estética) e do objetivo (ciência) no conhecimento da paisagem é uma postura “modernista”. Essa ruptura da modernidade (razão e emoção, ciência e arte, sujeito e objeto, homem e natureza) no que concerne à paisagem não foi decididamente efetiva desde o começo. E a geografia, entre outros campos do saber, mantém ainda no século XIX essa relação profunda da ciência e da arte através da paisagem.

É nesse sentido que a geografia, no séc. XIX, tendo a paisagem como objeto específico, busca apreendê-la, reforçando para Besse a tese de que a paisagem não se reduz a uma representação, a um mecanismo de projeção subjetiva e cultural. Portanto, a paisagem não se reduz a sua visibilidade, pois para o geógrafo, por exemplo, ela é vista a partir de uma intenção de conhecimento e intervenção – ou seja, a partir de uma projeção (existencial e política). Por isso, uma outra observação: a paisagem não se limita à questão da visibilidade, mas do estatuto que é atribuído ao visível, da sua função e sua significação, as quais mudam segundo as posturas mais *realista* ou mais *subjetivista*. Besse, portanto, busca analisar a paisagem para além da mera imagem estético-subjetiva, mas como território ou país.

O que, segundo o autor, marca ainda o conceito geográfico de paisagem, apesar de todas as suas transformações, é a concepção da paisagem como uma *fisionomia* ou *expressão*, que vai encontrar-se na geografia de Vidal de La Blache no início do século XX. A fisionomia não é uma representação forjada pelo intelecto do observador, mas as características do território, realidades *objetivas* que o individualizam, o identificam.

Besse, trazendo à cena também Brunhes (que atualiza Ratzel), e ainda Marx, defende que a paisagem, aos olhos do geógrafo, é uma *impressão* das intervenções e interações humanas, mesmo no que se toma como “natural”; portanto, a paisagem é um artefato. Assim, como impressão sobre um substrato, que possui certa plasticidade, o fato geográfico se apresenta como uma escritura, a superfície da Terra é escrita, e essa escrita é a paisagem. A geo-grafia refere-se ao grafar a terra, como a compreende Eric Dardel.

A realidade geográfica seria composta, seguindo o pensamento de La Blache, por um substrato plástico, uma energia de circulação e um conjunto de formas, a paisagem, a *escrita* da Terra, lida pela geografia como uma *fisionomia*, conceito fundado por Humboldt. Besse entende que falar da paisagem em termos de fisionomia significa que se atribui à paisagem uma densidade ontológica própria. Caberia então à geografia realizar uma interpretação, uma “hermenêutica

paisagística”, definindo-se, portanto, desde o princípio, como uma “arte da percepção visual”. Portanto, a *posição do olhar* na geografia define um programa científico e uma exigência metodológica. A paisagem se torna o objeto de um olhar, o olhar geográfico.

O quinto ensaio do livro busca analisar a relação entre a geografia, a paisagem e a fenomenologia. Pela fenomenologia de Straus, a paisagem vai “sair” da geografia, contrastando e se contrapondo à prática geográfica que, nesse momento, justamente, privilegiava a paisagem. Portanto, a geografia que se apresentava como um “exercício do olhar”, chegando o dispositivo visual a possuir um caráter *fundador* para a geografia clássica, é contestada por essa fenomenologia da paisagem, o que realmente nos surpreende, ainda mais pelas relações estreitas que geografia atual mantém com a fenomenologia.

Besse faz notar como nos anos 1950-60 o espaço se apoderou da geografia em sua versão positivista dos modelos. Nesse sentido, a fenomenologia vem contribuir para uma atitude mais aberta e flexível em relação aos objetos e métodos da geografia, suscitando o interesse pela percepção, representação e a atitude diante do espaço.

Mas a fenomenologia filosófica distingue paisagem e geografia. A distinção de Erwin Straus estabelece que a geografia está do lado da percepção (ciência) e a paisagem ao lado do sentir (fenomenologia). Nesta visão, a paisagem representa a desorientação radical e a perda de referência, o que significa para Straus: a) a paisagem, ao contrário do espaço, está ligada a existência de um horizonte, b) significa ausência de totalização, a paisagem é local, c) a paisagem pressupõe a coexistência do aqui e do além, do visível e do oculto, é aberta. A paisagem se opõe tanto ao espaço geográfico, cartográfico, da representação, quanto ao espaço “vivido”, espaço do uso, espaço pré-reflexivo, do outro. Para Straus ela é pré-cultural, pré-antropológica.

A paisagem descentra, desloca-nos do centro que ocupamos no espaço, porque na paisagem não se sabe propriamente onde se situar, não se sabe onde se colocar, não se sabe onde se está. Para ele a paisagem é simplesmente e essencialmente invisível, inobjetivável e o irrepresentável, não pode ser conhecida nem habitada.

A paisagem nos devolve, nessa concepção, um mundo perdido para e pela modernidade. A paisagem permite manter uma relação viva entre o homem e a natureza que o envolve imediatamente. A paisagem recupera o “mundo da vida”, é a “mediação” que permite a natureza subsistir como mundo para o homem; mundo que também foi perdido pela geografia como ciência positiva, como experiência da terra e também indagação sobre as diferentes maneiras possíveis de falar do mundo. Neste sentido, Besse diz que a geografia deve ser considerada fundamental para toda questão sobre a modernidade. A geografia não somente como conteúdo de saber, mas como orientação em relação ao mundo.

Eric Dardel já se propunha pensar essa questão em sua geografia fenomenológica. Em pleno auge do positivismo na geografia, a obsessão pela

cientificidade, Dardel põe-se a pensar a geografia no intervalo entre a ciência e a filosofia, ou seja, para além dos limites e fronteiras disciplinares. Coloca-se com Dardel o problema dos fundamentos filosóficos, epistemológicos e ontológicos da geografia.

Mas Dardel não põe em questão a geografia apenas enquanto saber instituído, sua cientificidade, pois considera que a geografia se define como uma dimensão originária da existência humana. Vale a pena deter-se nas considerações que Besse faz das contribuições de Dardel nesse sentido, pela forma radical como busca definir a geografia. Para Dardel a geografia como ciência, antes de ser uma representação científica é um ato, prolongamento de uma outra geografia que originalmente se desenvolve e se descobre na existência.

Todavia, ressalva importante, para Besse esse espaço fenomenológico de Dardel não pode ser reduzido a um dado subjetivo e antropológico, a uma dimensão que diz respeito simplesmente à representação. Por que, para Dardel, o espaço geográfico é antes de tudo um espaço *material*, no sentido em que há sempre algo de irredutível no espaço geográfico, que resiste às operações combinatórias do entendimento, mas também a uma redução subjetiva; é “realidade-evento” e não “objeto” colocado diante de um “sujeito”.

Como fica a paisagem nessa visão fenomenológica da geografia de Dardel? Se a existência humana é por natureza geográfica, a paisagem, como “a face local da Terra em suas distâncias e direções”, ilustra esse encontro da existência humana com a Terra. Na concepção de paisagem de Dardel: não há paisagem de sobrevôo, nem sem profundidade. A profundidade da paisagem é a da existência humana, é a expressão da existência. Portanto, é essencialmente o mundo enquanto *cultura*.

Já que não há Terra sem homens que a habitem e lhe dêem sentido de Terra, assim como não há homens sem a Terra, pois o humano se realiza na relação com a Terra, essa relação é que faz ser e ver a paisagem. Pensar junto o homem e a Terra implica numa dupla recusa: do homem enquanto ser “enraizado” num lugar e como sujeito abstrato e separado de toda condição. À geografia cabe, portanto, restituir à Terra o sentido de abertura e arco do possível. Assim, na raiz da paisagem encontra-se o movimento.

O sexto e último ensaio de Besse, sobre o filósofo Péguy, retoma e reforça a concepção fenomenológica da geografia e da paisagem já analisada em Straus e Dardel. Através de sua filosofia reforça-se a idéia do olhar e do movimento na relação do ser-pensar-agir com a paisagem. Portanto, é preciso tomar uma *posição*: ao mesmo tempo lugar de luta, que deve ser conquistado, e de atitude, ação. Esse lugar é um ponto sensível, ponto de uma ruptura e de uma liberação dos mecanismos e das instituições de toda ordem.

Sua concepção filosófica o conduz, assim, a uma concepção da paisagem não como acumulação de memórias, depósito de signos, patrimônio construído, nostalgicamente consultado. A paisagem antes de tudo é evento, ela é passagem,

incompleta, da vida. A “paisagem-evento” de Péguy é movimento que articula o interior e o exterior como anunciação, presente do futuro, ponto de trânsito, múltiplo e repetido, do presente das possibilidades.

A paisagem fala do sentido e da responsabilidade ética de habitar a Terra. Poderíamos então dizer que, na leitura que Besse faz de Péguy, a paisagem está no caminho da ação, enquanto pensamento filosófico e projeto de existência. Ação como pensamento, como ato instaurador de um sempre novo começo, a experiência dessa precariedade da origem. A paisagem para Péguy é como o pensamento, porque toda paisagem é uma zona de contato onde se dá, numa velocidade infinita, o cruzamento do mundo e da consciência. A paisagem e o pensamento têm esse tipo de graça.

Mas, essa não é a experiência moderna da paisagem. A experiência moderna da paisagem constitui uma visão de sobrevôo, síntese abrangente, somente localidades a percorrer, problemas de orientação, partidas e chegadas, indicações a seguir. Desejo de olhar, de contemplar e dominar o mundo à distância.

Péguy *recupera* a paisagem também pelo sentido e experiência da proximidade, já que não existe paisagem de sobrevôo – vista do alto a paisagem é um plano. Esta experiência da proximidade, para Péguy, tem um sentido topológico e moral (cristão). Pois todo ponto de vista não é apenas a vista de um ponto, mas também um ponto de vida. O melhor ponto de vista do mundo é ponto de vista de baixo, e que sobe para as coisas, apoderando-se assim do impulso do ser.

Essa zona de contato que é a paisagem, essa proximidade das coisas é necessária ao pensar. E ao mesmo tempo é preciso deixar-se ser afetado, tocado pelo mundo. Por isso, a paisagem é parte dessa experiência, dessa inserção súbita no grande acontecimento do mundo e dessa descoberta da presença do mundo em nós. Assim, Besse estabelece que a paisagem em Péguy é a de uma promessa em relação ao futuro, de uma ordem “biográfica e ontológica” que ao pensamento criador dá a experiência, local, instantânea e provisória.

O livro de Besse traça um percurso muito interessante para se construir uma análise epistemológica e ontológica do casamento e entrelaçamento da paisagem com a geografia a partir de diferentes textos e contextos, *locus* de anunciação do discurso paisagístico desde o século XVI. Ele não apenas busca refazer a história de um conceito tão caro tanto à geografia quanto à pintura, em particular, como apreender a constituição de uma experiência paisagística em relação às transformações e rupturas constitutivas da modernidade, a concepção de mundo que com ela se conforma e que ela contém.

*Edir Augusto Dias Pereira*